

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

O CONTRATO e sua FUNÇÃO SOCIAL

A boa-fé objetiva no ordenamento jurídico
e a jurisprudência contemporânea

4.^a edição
revista, atualizada
e ampliada



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra. Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2014 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T355c

Theodoro Júnior, Humberto, 1938 –

O contrato e sua função social / Humberto Theodoro Júnior. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-5473-4

1. Contratos. 2. Brasil. [Código Civil (2002)]. I. Título.

03-1350.

CDU: 347.44

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------|----|
| Abreviaturas e Siglas Usadas | 13 |
|------------------------------------|----|

PARTE I

FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E BOA-FÉ OBJETIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Capítulo I – Princípios do Direito dos Contratos | 17 |
| Capítulo II – Princípios do Direito dos Contratos..... | 21 |
| Capítulo III – Princípio da Boa-Fé como Dever Acessório dos Contratantes | 25 |
| Capítulo IV – A Boa-Fé como Princípio Geral do Direito dos Contratos | 27 |
| Capítulo V – Influência da Eticidade sobre o Destino do Contrato..... | 31 |
| 5.1. Papel próprio da boa-fé no domínio do contrato | 31 |
| 5.2. Exemplo de correta aplicação da boa-fé objetiva | 34 |
| 5.3. Agravamento do dano por decorrência da conduta da vítima..... | 34 |
| Capítulo VI – Função Social do Contrato..... | 37 |
| Capítulo VII – A Função Social do Contrato Segundo a Regulamentação do Atual Código Civil | 41 |
| Capítulo VIII – Bases Conceituais da Função Social do Contrato | 45 |
| 8.1. O tema no direito positivo | 45 |
| 8.2. A lição extraída do direito comparado | 49 |
| 8.3. Função social do contrato e proteção da confiança | 53 |
| 8.3.1. <i>Venire contra factum proprium</i> : boa-fé objetiva e teoria da con- fiança..... | 55 |
| 8.3.2. Proibição do comportamento contraditório e solidariedade con- tratual..... | 57 |
| 8.3.3. A tutela da confiança | 59 |

| | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 8.3.4. | A nova visão do “venire contra factum proprium” à luz da teoria da confiança | 60 |
| 8.3.5. | Fundamento institucional do “venire” | 61 |
| 8.3.6. | Pressupostos da proibição ao comportamento contraditório | 61 |
| 8.3.7. | “Suppressio”, “Surrectio” e “Tu quoque” | 64 |
| 8.3.8. | “Suppressio”, “Verwirkung” e Prescrição | 66 |
| 8.3.9. | Conclusões doutrinárias..... | 69 |
| 8.3.10. | Posição da jurisprudência brasileira..... | 71 |
| 8.3.11. | Boa-fé objetiva e teoria da confiança no plano jurisdicional (“processo justo”) | 77 |
| 8.4. | Função social e causa do contrato | 80 |
| 8.5. | O contrato e sua interpretação por meio do princípio da boa-fé objetiva e da função social | 84 |
| 8.6. | Consequências da inobservância da boa-fé e da função social do contrato | 93 |
| 8.7. | A função social e a autonomia da vontade..... | 94 |
| Capítulo IX – Exemplos de Função Social do Contrato Prejudicada por Abuso da Liberdade de Contratar..... | | 99 |
| Capítulo X – A Função Social do Contrato nas Relações de Consumo..... | | 101 |
| 10.1. | O regime do Código de Defesa do Consumidor..... | 101 |
| 10.2. | Diferença dos regimes de cláusulas abusivas do Código do Consumidor e do Código Civil..... | 106 |
| Capítulo XI – A Eticidade no Sistema Geral do Direito dos Contratos..... | | 109 |
| Capítulo XII – Função Social da Propriedade e Função Social do Contrato | | 111 |
| Capítulo XIII – Função Social e Função Econômica do Contrato | | 119 |
| 13.1. | O conteúdo econômico do contrato | 119 |
| 13.1.1. | Função social do contrato e análise econômica | 123 |
| 13.2. | A função social não pode ser entendida como um meio de destruir a função natural do contrato..... | 127 |
| 13.3. | A função social como “cláusula geral” | 131 |
| 13.4. | Função social como expressão da publicização do direito dos contratos.... | 133 |
| Capítulo XIV – Vantagens e Riscos da Codificação Consagradora das “Cláusulas Gerais” | | 137 |
| 14.1. | O atual Código Civil e as cláusulas gerais | 137 |

| | |
|----------------------------------------------------------|-----|
| 14.2. Uma séria advertência de um grande civilista..... | 141 |
| 14.3. O perigo do uso abusivo das cláusulas gerais | 142 |
| Conclusões | 147 |
| Bibliografia | 151 |
| Índice Onomástico | 157 |
| Índice Alfabético-Remissivo | 159 |
| Índice da Legislação | 163 |

PARTE II
APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO
DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO
E DA BOA-FÉ OBJETIVA

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| I – Função Social do Contrato (Código Civil, art. 421) | 167 |
| a) Seguro. Função social | 167 |
| b) Rescisão contratual. Multa | 171 |
| c) Concessão comercial. Rescisão | 175 |
| d) Concessão comercial. Liminar para continuidade do contrato | 178 |
| e) Rescisão contratual. Cautelar para manutenção do vínculo negocial | 182 |
| f) Compra e venda de safra futura a preço certo. Alteração do valor no mercado | 185 |
| g) Contrato. Dissolução antecipada..... | 191 |
| II – Boa-Fé Objetiva (Código Civil, art. 422) | 195 |
| a) Rompimento contratual imotivado. Manutenção forçada do contrato. Impossibilidade..... | 195 |
| b) Seguro. Prescrição | 200 |
| c) Leiloeiro. Responsabilidade por informação inadequada..... | 212 |
| d) Seguro de vida. Recusa imotivada da renovação..... | 217 |
| e) Contrato de distribuição. Rescisão imotivada | 221 |
| f) Boa-fé. Deveres anexos | 229 |
| g) Locação de veículos. Notificação. Falta de interesse para renovação contratual | 237 |
| h) Honorários de advogado. Cláusula de sucesso | 238 |

| | | |
|---------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| i) | Locação. Distrato. Recusa de assinatura..... | 242 |
| j) | Contrato de garantia. <i>Venire contra factum proprium</i> | 253 |
| III – A Boa-Fé Objetiva e a Administração Pública | | 256 |
| a) | Loteamento. Aprovação. <i>Venire contra factum proprium</i> | 256 |
| b) | Prestação de serviços. Nulidade do contrato. Recusa de pagamento pelos serviços prestados..... | 258 |
| c) | Ato administrativo. Teoria da confiança | 259 |
| d) | Prestação de serviços. Recusa de pagamento. Enriquecimento ilícito | 278 |
| IV – Boa-Fé no Processo Judicial | | 281 |
| a) | Boa-fé. <i>Venire contra factum proprium</i> | 281 |
| b) | Ação anulatória. Confissão de dívida. Boa-fé objetiva | 282 |
| c) | Comportamento processual contraditório..... | 293 |
| d) | União estável. Dever de lealdade | 295 |
| e) | Compensação de crédito penhorado. Impossibilidade. Ofensa à boa-fé objetiva | 302 |